

A imagem “Mappa de toda a Extensão da Campanha da Princeza”, “feixada” pelo Rio Grande e pelos registros que limitam a Capitania de Minas, aqui analisada, ressalta a importância da Igreja Católica no processo de ocupação do território brasileiro no período colonial e da conseqüente formação dos núcleos urbanos.

Trata-se de um mapa que representa uma extensão territorial da área das minas, correspondente a capitania de Minas Gerais, feito por Francisco de Sales, conforme assinalado no seu quadrante inferior esquerdo, no ano de 1800.

A imagem apresenta em destaque duas vilas, *Villa de S. João e Villa da Cãpanha da Princeza* e vinte povoações: S. Gonçalves, Itajubá, Pouso alto, Baependí, Ayuruóca, Guapeara, Alagôa, Veradouro, Serranos, Bom Jesus, Lavras do Funil, Turvo, Madre de Deos, Piedade, Garambéo, situadas no bispado de Mariana, e Jacuhí, Ouro fino, Cabo Verde, St^a Anna e Camandaucaya, situadas no bispado de São Paulo.

Estes núcleos urbanos estão circunscritos pelo Rio Grande e pela serra da Mantiqueira, com exceção da vila de S. João que aparece em destaque no alto da imagem, e apresenta ao sul o limite com a capitania de São Paulo.

O que principalmente chama a nossa atenção é a representação dos núcleos urbanos pelo desenho de uma igreja. Exceto pelas duas vilas apresentadas, nas quais aparece, além da destacada volumetria da igreja, um casario onde é percebida uma estrutura de ruas, denotando um espaço urbano minimamente definido e organizado, as demais 20 povoações são indicadas apenas pelo desenho de uma igreja.

Esta representação marcada pelo elemento religioso põe em evidência a importância da Igreja Católica para a compreensão da urbanização do período colonial. Falar de qualquer aglomerado humano quer seja uma cidade, vila, arraial, povoação, lugar, julgado etc., é falar da centralidade religiosa. As povoações aqui analisadas não estão representadas pelo seu conjunto de casas ou qualquer outro elemento que possa definir o urbano, mas sim pela sua igreja.

O autor do Mappa utilizou três formas de representação de igrejas, as quais estão diferenciadas pelo tamanho e pelas torres que

flanqueiam a fachada frontal. O maior desenho de igreja é o que aparece na vila de S. João, a qual merece posição de desmesurado destaque com relação ao casario desenhado. Esta igreja é a única que apresenta duas torres na fachada frontal, revelando assim a importância desta vila na hierarquia dos núcleos urbanos representados. Esta vila corresponde a vila de São João del Rei, fundada em 1713, e que ocupava uma posição de centro regional.

Em dez povoações, as igrejas são representadas com apenas uma torre na fachada frontal e em outras dez as igrejas não possuem torres, com aspecto mais semelhante à representação de capela.

Essas diferenças na forma de representação das igrejas nos mostram claramente a importância de cada núcleo urbano relativo ao tamanho de sua população e complexidade de suas funções. A representação escolhida pelo autor de três diferentes igrejas expressa muito bem três níveis hierárquicos de aglomerados humanos: a vila, sede do poder administrativo e eclesiástico; a povoação cuja importância demandava uma igreja matriz, ou seja, era sede de freguesia; e o pequeno povoado ainda em formação.

A Igreja esteve na base do surgimento de muitos dos núcleos urbanos do período colonial brasileiro. Uma ermida ou uma capela constituíam os pontos em torno dos quais se formavam pequenos aglomerados humanos. Com o crescimento da população, essa capela passava para outro patamar e era transformada em paróquia ou freguesia. Como sede paroquial, a antiga capela se transformava em igreja matriz, e desta forma tanto a sua edificação quanto a população a sua volta iam sendo ampliadas. Posteriormente, a povoação era elevada à categoria de vila, com a instituição de uma câmara e determinação de um solo público, o termo e rossio.

O aparecimento da letra “F” em algumas igrejas representadas neste mapa é outro aspecto que também nos fala da importância da Igreja Católica nos estudos urbanos do período colonial. Este “F” significa freguesia, como está indicado literalmente no quadrante superior direito do mapa. Esta letra é assinalada nos desenhos de igreja com torres, ou seja, aparece em 12 dos núcleos urbanos apresentados, significando que estes são sedes de freguesias.

Para melhor administrar a religião e controlar a população cristã, a Igreja Católica dividia o território físico-espacial em unidades menores chamadas de freguesias. A freguesia era uma parcela do território que estava sob a responsabilidade de um pároco e possuía uma igreja matriz, a qual estava situada no núcleo urbano e em torno da qual giravam as atividades religiosas e sociais. Era nas igrejas matrizes que se controlava mais de perto a população. Estavam aí registrados os nascimentos, através dos batismos, os casamentos e os óbitos. Durante o período colonial eram comuns os censos demográficos serem realizados a partir das listas que os párocos faziam dos comungantes e dos que se confessavam.

O Mappa aqui analisado nos mostra outro elemento que evidencia a forte presença da Igreja Católica neste período: traz assinados os limites dos bispados. De forma bem clara e seguindo o leito do rio Sapocahi se encontra o limite entre o Bispado de Mariana e o Bispado de São Paulo, ou seja, este é um limite que está fora da esfera do poder político-administrativo de competência da Coroa Portuguesa. Aqui se trata de limites de territórios eclesiásticos, do âmbito de poder da Igreja Católica, cujo destaque que merece neste mapa, denota a importância deste poder para a articulação e controle da população aí residente.

Um dos motivos que esteve na base da expansão ultramarina portuguesa foi à difusão da fé cristã. Para os portugueses, colonizar sempre esteve associado a evangelizar, neste sentido devemos ressaltar a aliança feita entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica na empresa dos descobrimentos portugueses. Esta aliança se tornou oficial através do Padroado, o qual resumidamente foi à concessão da jurisdição espiritual das terras conquistadas que a Igreja Católica fez a Portugal. Era uma mescla de direitos e deveres pelos quais Portugal passava a ser patrono das missões da Igreja Católica em seu vasto império ultramarino incluindo o privilégio de cobrar e administrar o dízimo eclesiástico. Deste forte vínculo estabelecido resultou um entrelaçamento entre o poder da Igreja Católica e o poder da Coroa Portuguesa, o qual se expressou também nas questões relativas ao espaço urbano, como muito bem demonstra o mapa aqui analisado.

REFERÊNCIA

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **O Brasil no século XVIII/XIX e a formação territorial das minas gerais; a Vila de Campanha da Princesa**. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero7/artigos/patriciavargaslopesdearaujo.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Salvador, século XVIII: o papel da Ordem Religiosa dos Beneditinos no processo de crescimento urbano**. 2003. Tese (Doutorado em Teoría e Historia de la Arquitectura) – Escola Técnica Superior D'Arquitectura, Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2003.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII. **Oceanos. A construção do Brasil urbano**, n. 41, p. 84-102, jan./mar. 2000.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Edusp, 1991.